



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 158/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1649/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas.

3- Órgão: Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HDV.

4- Responsável: Sra. Maria das Graças Costa Alecrim, Diretora Presidente da Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HDV E Sra. Deuza Maria Nogueira Rosário, Diretora Administrativa e Financeira da Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HDV e Ordenadora de Despesas.

5- Exercício: 2013.

6- Unidade Técnica: DICA – Relatório Conclusivo nº 15/2014 (fls.4317/4382) e Informação nº 50/2015 (fl. 4389).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3290/2014–MPC–CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 4383/4385).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. FMT/HDV. Exercício de 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Determinações à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares com Ressalvas, a Prestação de Contas Anual da Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HDV, exercício de 2013, sob as responsabilidades da Sra. **Maria das Graças Costa Alecrim** e da Sra. **Deuza Maria Nogueira Rosário**, Diretora Presidente e Ordenadora de Despesas, respectivamente, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação ao Responsável e condicionando-o ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

9.2- Determinar à Origem, nos termos do §2º do art. 188º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.2.1- Promova a regularização contábil de todas as pendências detectadas na conciliação bancária, conforme questionamento “1”, instaurando, se for o caso, Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 9º da Lei Orgânica deste TCE, sob pena de responsabilização do atual Gestor desta Fundação;

9.2.2- Atenda ao art. 45 da Constituição Estadual acerca da Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 158/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.2.3- Faça constar do processo licitatório parecer conclusivo da consultoria jurídica acerca das minutas de editais, bem como de contratos, etc. a luz do art. 38, parágrafo único, da Lei no 8.666/1993;

9.2.4- Observe a exigência legal que determina a juntada ao processo administrativo dos pareceres técnicos e jurídicos emitidos sobre a licitação, inciso VI do art. 38 da Lei 8666/1993;

9.2.5- Abstenha-se de contratar com dispensa de licitação, sob a alegação de emergência (art. 24, inciso IV, da Lei no 8.666/93), quando decorrente da falta de planejamento adequado;

9.2.6- Observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas, sustentará o julgamento das Contas pela Irregularidade, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de Fevereiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor-Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao TCE: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral